



ANEXO ÚNICO – GABARITO PROVA PRÁTICA - PROCURADOR JURIDICO SÊNIOR

TÓPICO	QUESITO AVALIAÇÃO	NOTA
ENDEREÇAMENTO	Excelentíssimo Senhor Doutor juiz de direito da X da Vara da Fazenda Pública da Comarca de XXX do Estado XXX.	0 – 0,5
QUALIFICAÇÃO DAS PARTES	O MUNICÍPIO DE XXXX, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ sob o n. xxxxxxxx/xxxx-xx, com sede na Avenida xxxxxxxxx, vem, por sua procuradora infra-assinada, nos autos de ação de Obrigação de Fazer c/c com Pedido de Tutela Provisória movida pela empresa “Castelo”, respeitosamente, perante V. Exa., apresentar sua (contestação) nos seguintes termos.	0 – 1,0
NOMENCLATURA PEÇA PROCESSUAL	Contestação	0 – 1,0
FATOS	Síntese Dos Fatos E Pretensão Da Ré	0 – 1,0
FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA	<p><u>Decretação de emergência no Município (Força Maior):</u> utilizando-se do embasamento legal do artigo 393, parágrafo único do Código Civil para afastar a pretensão autoral decorrente das chuvas ocorridas.</p> <p><u>Ausência de responsabilidade do ente público:</u> afastada a responsabilidade devido a falta de comprovação do nexo de causalidade, não havendo ação e/ou omissão capaz de gerar dano a parte autora, visto não ter sido responsável pelos fatores externos e excepcionais imprevisíveis das chuvas pelo período.</p> <p><u>Interferência nas Políticas Públicas:</u> alegar sobre pedido genérico, ofendendo o disposto no CPC; a solicitação ao Judiciário para que o ente público para que instale mais bocas de lobo ao redor do estabelecimento e/ou aumenta a já existente interfere diretamente na Administração Pública – pois a decisão pertinente para determinada análise deve ser em <i>caráter administrativo</i>.</p> <p><u>Violação ao Princípio da Separação de Poderes (Art. 2º CF/88):</u> A realização de obras é mérito exclusivo da administração pública que não pode ser violado pelo Poder Judiciário, é ato discricionário do Poder Executivo.</p> <p><u>Lei Orçamentária:</u> rebater os pedidos da inicial quanto à realização de novas obras pelo ente público a fim de sanar os problemas alegados, com embasamento na Lei Orçamentária, frisando a necessidade de análise e elaboração de projeto, de confecção da planilha de serviços, de previsão orçamentária, de realização de nova licitação, culminando com a execução e conclusão da obra. Importante frisar sobre o processo licitatório.</p>	0 – 2,5
PEDIDOS	Deferimento da Preliminar de Ilegitimidade Ativa, indeferimento da inicial e extinção sem julgamento do mérito. Deferimento da Preliminar de Ausência de Causa de Pedir, extinção sem julgamento do mérito Improcedência dos Pedidos da Exordial	0 - 2,0
DOMÍNIO DA LÍNGUA PORTUGUESA	Mecanismos Básicos de Constituição da Língua, Procedimentos de Coesão e Argumentação Lógica.	0 – 2,0

Valor máximo: 10,0 (dez pontos).